

CRENÇA E MISTICISMO: AS CONTRAFACES DO IRRACIONALISMO NO PSICÓLOGO EM FORMAÇÃO*

*ANITA C. AZEVEDO RESENDE***

APRESENTAÇÃO

Um dos processos sociais que certamente interessa a quem quer que busque compreender as tendências e perspectivas do mundo contemporâneo diz respeito à adesão subjetiva, cada vez mais expressiva do ponto de vista quantitativo à movimentos, teorias e práticas que se sustentam sobre um conjunto de crenças de caráter místico ou até mesmo religioso que vão, desde a aposta no poder de seres mágicos, duendes e anjos, até a vinculação a práticas religiosas de caráter essencialmente individualistas, passando pela afirmação e adesão a teorias que guardam registro na exclusão e negação da explicação racional. Está em causa a constituição de um certo tipo de racionalidade que é solidária e contemporânea de uma subjetividade que a Psicologia deve buscar compreender.

* Essa pesquisa está sendo desenvolvida com a participação das bolsistas Marcela Leite, Jordana Balduino, Simone Castro (PIBIC/CNPq)

** Doutora em Ciências Sociais/Mestre em Psicologia Social/ Professora Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Católica de Goiás/Professora Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

A PSICOLOGIA E SEU EMBATE COM O IRRACIONALISMO

O desafio da compreensão da forma como se articula a racionalidade no mundo atual deve certamente ser enfrentado pela Psicologia. Como as demais ciências humanas, esse campo de conhecimento tem a sua gênese na busca da compreensão da constituição do indivíduo e da sociedade no complexo mundo que se esboça com a modernidade. Ciência do mundo moderno, a Psicologia se constitui a partir do questionamento acerca desse mundo e de uma criação muito especial deste: o indivíduo¹.

Fundamentalmente é possível afirmar que, entre outras questões, trata-se de buscar compreender qual é o tipo de subjetividade que está se constituindo nesse mundo, sobre que bases, a partir de quais supostos e em que direção essa articulação subjetiva aponta. Esse é um desafio que, no campo da psicologia, vem de longe e vai longe. Historicamente no âmbito da Psicologia essa pergunta acerca da subjetividade colocou em questão a constituição da própria objetividade. Ou seja, a pergunta rigorosa acerca do indivíduo seria sempre uma pergunta acerca da sociedade na qual esse indivíduo se constituía. Nesse sentido, “quanto mais profundamente sonda as zonas críticas do interior do indivíduo, tanto mais adequadamente pode penetrar nos mecanismos sociais que produziram a individualidade”².

A compreensão da dinâmica interna do indivíduo revela processos que estão referidos a uma significação social e que revelam

¹ Institucionalizada no quadro de rearticulação do poder burguês que, já conquistado, tratava de consolidar sua hegemonia, a Psicologia, separando-se da Filosofia, se desenvolveu a partir da virada do século. Colocando-se frente à posição dualista cartesiana acerca da relação mente-corpo, essa novíssima ciência encampava fundamentalmente as perspectivas de duas grandes correntes: de um lado, a psicologia naturalista - científica, fisiologista e, de outro, a psicologia descritiva, dinâmica, introspectiva. Situada nessa última tendência esta aquela que, pela sua radicalidade e originalidade, se converteria numa das maiores contribuições desse campo para o enfrentamento da problemática entre indivíduo e sociedade: a psicanálise.

² ADORNO, T. La revision del Psicoanálisis. In: *Sociologica*, Madrid : Taurus, 1966.

muito da subjetividade prevalecente³. A vida subjetiva será sempre convertida numa abstração quando não for compreendida como uma manifestação real do conjunto social. Segundo Adorno:

“quanto mais estritamente o domínio psicológico é concebido como um jogo de forças autônomo e fechado em si mesmo, mais completamente o sujeito é esvaziado de sua subjetividade. O sujeito sem objeto, que é lançado sobre si mesmo, congela-se num objeto. Ele não pode sair de sua imanência e não equivale senão à equações da energia libidinal”⁴.

Quando despregadas da objetividade, na qual se depositam e se constituem, as expressões da vida subjetiva nada mais são que uma nebulosidade abstrata, absurda e carente de um objeto real. A negação da vida subjetiva enquanto uma realidade relacionada com a objetividade deriva, para além de uma subjetividade pura, numa objetividade abstrata. Isso porque, a análise da realidade social, se despojada da vida subjetiva, transforma-se em sociologismo; ao mesmo tempo, se despojada de sua objetividade, transforma-se em psicologismo. Ambos são falsos em todas as suas formas⁵.

³ Essas contribuições fundamentais certamente não viriam da psicologia filiada à tradição fisiologista que guardava assento basicamente sobre dois registros: uma metasubjetividade abstrata e a perspectiva da exterioridade do sujeito. Tomado dessa forma, o indivíduo seria explicado por suas exteriorizações tornadas independentes e autônomas frente às relações sociais concretas travadas por ele. Essa compreensão do indivíduo, fundada na análise exclusiva de suas externalizações, não explicita as relações fundamentais que se efetivam no mundo, ou seja, as relações entre a subjetividade e a objetividade. Dessa forma, a psicologia terminaria por definir mecânica e invariavelmente aquelas relações que o indivíduo estabelece concreta e historicamente com o mundo em que vive.

⁴ ADORNO, T. Sociologia e Psicologia. In: *Sociologica II*. Madrid: Taurus, 1966, p. 86.

⁵ A maldição da Psicologia tem sido, pela redução de toda realidade à ação do sujeito, a perda da capacidade de distinguir entre as ilusões e a realidade. Por outro lado, uma objetividade anti-subjetiva tem sido a maldição de determinadas vertentes da Sociologia que durante décadas rejeitaram as categorias indivíduo, subjetividade, psiquismo, por não terem nenhuma importância na análise objetiva da sociedade. A esse respeito, consultar: Russell JACOBY. *Amnésia Social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

Portanto, compreender a subjetividade implicará sempre a reflexão acerca da objetividade, dos processos e estruturas sociais que estão em causa em um determinado momento histórico e que fundam as possibilidades do ser subjetivo. Um momento fundamental que ressoa essa posição é, sem dúvida, o pensamento de um grupo de autores que, escorados mais precisamente sobre a tradição heterodoxa do pensamento marxista ocidental, que encontrou em Lukács e Korsh seus pilares de sustentação nos anos que se seguiram imediatamente à Primeira Guerra Mundial, se beneficiaram das contribuições da psicanálise e ao qual se convencionou chamar Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Destacadamente T. Adorno, M. Horkheimer, juntamente com W. Benjamin, H. Marcuse, E. Fromm e W. Reich, esses dois últimos naquela que seria a fase pré-americana de seus trabalhos, são momentos importantes da articulação desse pensamento. Ainda que seja difícil afirmar a existência de uma única teoria nesses autores, e até mesmo uma única teoria num mesmo autor, os temas desenvolvidos são muito recorrentes e apresentam um núcleo comum e determinante que é a noção de *razão instrumental*.

A derrota do movimento operário alemão e a ascensão do nazismo fariam da Teoria Crítica uma interrogação acerca da dominação contemporânea. A Teoria Crítica vai em busca das condições de possibilidade do advento do totalitarismo, na reflexão acerca dos seus fundamentos originários. É na noção de racionalidade que se vai buscar esse fundamento e a responsabilidade pela produção do irracional fascista. E essa *ratio* de domínio é, para esses autores, a mesma que se revela na ciência, no mercado e na política. A realidade aparece como figuração dessa razão de dominação que não é, portanto, instrumento de autonomia e emancipação, mas de heteronomia e poder. Para a Teoria Crítica, a negação do aspecto subjetivo enquanto um momento do esclarecimento e transparência da realidade objetiva, ou seja, da subjetividade enquanto um momento particular de expressão da complexidade do todo que só se resolve para além do particular e é inerente à cultura, significa uma perda da capacidade de reflexão que é resultado da negação do aspecto subjetivo tanto quanto o é a alienação.

“Em vez de separar primeiro o indivíduo dos processos sociais, para depois descrever a influência conformadora destes, uma psicologia social analítica tem que descobrir nos mecanismos mais íntimos de cada indivíduo singular as forças sociais determinantes. Falar de influências sociais em geral é algo muito questionável, mera reiteração da ideológica representação que a sociedade individualista tem de si mesma”⁶.

A subjetividade revela o sujeito constituído pela sua exteriorização/interiorização num processo pelo qual o indivíduo se constitui enquanto subjetivação e internalização da objetividade social e a sociedade se constitui enquanto as muitas e diferentes expressões objetivadas dessa subjetividade. A subjetividade se produz, portanto, como produto histórico das múltiplas subjetividades que se entrecruzam e se depositam no campo da sociabilidade. Na constituição do ser humano aparecerá sempre “o outro”, aquele objeto que, originalmente externo, foi internalizado e agora é parte essencial da dinâmica íntima. Freud ensinará que ao buscar a satisfação de suas pulsões, o indivíduo se defrontará sempre com o “outro” que pode se constituir, no que diz respeito ao próprio objeto, em objeto de pulsão, auxílio para obter esse objeto, impedimento com relação ao objeto e, ainda, como modelo para o indivíduo.

Os objetos externos com os quais os indivíduos se defrontam, entre os quais os próprios “outros” homens, compõem, juntamente com a vida pulsional, aquelas que serão as possibilidades de evolução, desenvolvimento e construção do indivíduo enquanto subjetividade. Os indivíduos dependem, portanto, da relação com os outros indivíduos para se constituírem. Sem a referência do outro que guarda a possibilidade da identificação na igualdade, enquanto universal, e na diferença, enquanto particular, o indivíduo não pode reconhecer-se. Reduzida à mera referência particular, desprendida da universalidade, a subjetividade migra para o único lugar onde definitivamente ela não pode se realizar: fora da história e em si mesma.

⁶ ADORNO, T. *Sociologica I*. Madrid : Taurus, 1966, p. 141.

Contudo, esses objetos que afetam a vida psíquica não são abstratos e imutáveis, “*o mundo externo que o ego em evolução defronta é, em qualquer estágio, uma organização histórico-social específica da realidade, afetando a estrutura mental através de agentes sociais específicos*”⁷. A subjetividade constitui-se diferentemente em momentos históricos específicos. Adorno explicita esse processo quando afirma que as

*“associações e as celebridades assumem as funções do ego e do super-ego, e as massas, despojadas até mesmo da aparência da personalidade, deixam-se modelar muito mais docilmente segundo os modelos e palavras de ordem dadas, do que os instintos pela censura interna. Se, no liberalismo, a individuação de uma parte da população era uma condição da adaptação da sociedade em seu todo ao estágio da técnica, hoje, o funcionamento da aparelhagem econômica exige uma direção das massas que não seja perturbada pela individuação”*⁸.

Entendendo a família como a base do processo de constituição da subjetividade, de identificação e de ideologização, que tanto preocupavam os frankfurtianos, os autores da teoria crítica realizam, nos anos 30, uma pesquisa sobre autoridade e família. A grosso modo, pode-se dizer que se observaram aí profundas modificações na estrutura familiar. A grande família do liberalismo burguês, baseada na autoridade do pai, se transformou na família nuclear, baseada no casal. Isso se relaciona com a queda social da figura paterna e conseqüentemente com a diminuição dessa autoridade. Esse enfraquecimento da base econômica masculina extingue a proteção que o pai significava e, ao mesmo tempo, causa a procura de um grande pai autoritário fora da família, como ressurreição da figura do pai. Em seguida, também a mãe se separa do filho com quem tinha uma relação que era fonte

7 H. MARCUSE. *Eros e Civilização*. Rio de Janeiro : Zahar, 1975, p. 50.

8 T. ADORNO, HORKHEIMER. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro : Zahar, 1985, p. 190.

incondicional de amor e que constituía a individualidade da criança. Essa relação só era possível porque à mulher estava reservado o espaço doméstico que a afastava do mundo competitivo, agressivo, masculino, social. Por isso a mãe podia ter com a criança uma relação afetiva que a supria de amor e a defendia de identificações a-críticas com o mundo exterior. Essas mudanças processadas no interior da família transformam sua dinâmica a tal ponto que a necessidade de identificação e a procura de objetos para isso migra para fora da família.

A família não sustenta mais sua função de anteparo e, aqueles modelos de identificação que podia oferecer, relacionados com a figura do pai, da autoridade, dos ancestrais, são agora oferecidos por outras agências sociais nas quais se aloja a imunidade de crítica de que a família gozava. É por essa razão que a identificação do novo modelo de indivíduo é imediata, irrefletida, acrítica. Está em questão o desafio e a caracterização de um ego narcísico sem superego, um ego que maniacamente encontra sua identidade fora de si, nas instituições sociais e no “ditador”.

Essas profundas modificações detectadas no interior da estrutura familiar são solidárias e contemporâneas de um tipo de racionalidade e, portanto, de ciência. Por isso, a compreensão da relação entre realidade e personalidade será sempre tributária da compreensão da relação entre ciência e racionalidade e vice-versa⁹.

Tempo de individualização sem individuação, o mundo atual decompõe o indivíduo no tempo, dissolvendo-o em sucessivos “presentes” que não se relacionam entre si. A recomposição contínua do presente, do novo, aplaca a tensão existente entre o indivíduo e a sociedade porque tudo que é novo pode ser despojado de si mesmo,

⁹ A esse respeito, é interessante ressaltar a ressonância e contemporaneidade existente entre, de um lado, a pesquisa empírica da *Personalidade Autoritária* e a relação entre ideologia e estrutura de personalidade e, de outro lado, a crítica a uma certa racionalidade e a um certo procedimento de ciência que está posto na *Dialética do Esclarecimento*.

transformar-se em prazer, converter-se em sensação imediata, irrefletida, narcótica. A externalidade pode se apresentar como a eterna novidade, o “mesmo diferente”. Fixado no ato, não na história; no resultado, não no processo, o indivíduo assiste impassível e perplexo imagens aceleradas que reduzem os acontecimentos, e a si mesmo, às suas expressões mais espetaculares. A cena dramática, o sofrimento espetacular, o riso cínico, toda a objetividade vale a sensação irrefletida da vida. Os indivíduos se vêem diante de uma inesgotável variedade de objetos a serem consumidos. Novas necessidades são incorporadas ao universo vivência do indivíduo, ocupando o lugar daquelas necessidades fundamentais que não foram satisfeitas.

A consciência vai se transformando numa receptividade passiva pela adesão absoluta que o indivíduo efetua em relação ao objeto, cedendo de si enquanto uma atividade positiva para a apropriação da realidade. Subjetivamente isso tem a significação de um destroçamento ao qual o indivíduo deve reagir. Essa reação poderá vir sob a forma da afirmação de uma ilusão de recomposição que só poderá ser efetivada no próprio indivíduo, em si mesmo, já que fora de si, na realidade fragmentada, esse gesto não é possível. Esse recuo a si mesmo, essa ilusão individualista, coloca o indivíduo num lugar onde, verdadeiramente, essa recomposição não poderá ocorrer. Essa possibilidade de recomposição do indivíduo fragmentado só poderia ocorrer pelo reconhecimento e devolução deste à universalidade, aos tantos “outros”. A perda do sentido de totalidade, de inserção, é, nesse aspecto, elemento determinante do destroçamento e da ilusão de recomposição individual.

O conjunto da sociedade, convertido num conjunto de signos e símbolos fetichizados, garante uma pseudo-reconciliação através de um acordo fáustico de produção e satisfação de necessidades sempre imediatas. Incapaz de consciência, o indivíduo adere às formas sociais predominantes na vida social que encorajam muitas formas de comportamento individualista, imediatista, alterando formas de socialização e encorajando padrões narcisistas do eu. A irracionalidade objetiva se impõe tão radicalmente aos indivíduos que não somente se extingue qualquer resistência, como nem mais sobrevive a consciência

da possibilidade do reconhecimento de que haveria algo contra o que resistir. Para essa subjetividade subsiste somente o lado aparente, ilusório, afirmativo, que extirpou a negatividade em nome de totalidade homogênea, abstrata e irracional. O individualismo auto-referido se transforma na possibilidade de articulação da subjetividade e oferece a ilusão da recomposição frente ao destroçamento que se efetivou.

A questão é desnudar os mecanismos pelos quais todo esse processo se efetiva reiteradamente em termos subjetivos. É saber que subjetividade é essa tão pouco capaz de defesa frente à ilusão, tão aderente à imediaticidade. Enfim, a psicologia deve buscar compreender que subjetividade é essa para a qual a objetividade ilusória, a desrazão objetivamente real, é vivida como subjetivamente verdadeira e racional. Ou seja, trata-se de compreender uma subjetividade portadora de uma pseudo-racionalidade que, afinal, nada mais é do que a expressão da irracionalidade objetiva.

Certamente que a apreensão dessa subjetividade deverá ser buscada em expressões e momentos da objetividade, que permitirão desvendar nas práticas e fatos sociais essa subjetividade que ali se deposita. Vários fatos poderiam ser arrolados como expressão dessa racionalidade subjetiva: o consumismo, a presentificação do tempo, o fetichismo da juventude, a moda, o consumo de idéias, a adesão a ilusões de todos os matizes, de religiosas a científicas, enfim, as diversas formas das quais o irracionalismo se traveste.

No mesmo movimento de buscar compreender a dinâmica do processo de constituição do indivíduo, de ideologização, e transpor para o plano empírico as suas generalizações, T. Adorno realiza nos EUA um trabalho coletivo em colaboração com o Instituto de Psicologia Social e a Universidade de Berkeley. Nesse trabalho procura-se, na consciência individual, examinar concretamente a forma pela qual se dá a interseção entre a ideologia e a estrutura de personalidade¹⁰.

¹⁰ ADORNO, T. *La Personalidad Autoritaria*. Buenos Aires : Projeccion, 1965.

A hipótese básica desse trabalho é de que “as convicções políticas, econômicas e sociais de um indivíduo formam, a miúdo, uma pauta ampla e coerente como se estivessem unidas por uma *mentalidade* ou *espírito comum*, essa pauta é expressão de profundas tendências da personalidade”¹¹. Nessa perspectiva, a personalidade deve ser compreendida como “*uma organização mais ou menos permanente das forças internas do indivíduo*”¹² que é manifestada através de desejos e impulsos emocionais, ou seja, é psicologicamente motivada. É a personalidade, esse conjunto de forças, que vai ditar de acordo com suas necessidades, a forma pela qual a realidade será apropriada.

Isso equívale a dizer que, se de um lado, a objetividade tem existência condicionada historicamente, por outro lado, será apropriada e internalizada diferentemente pelos indivíduos, de acordo com profundas tendências subjetivas; de acordo com a estrutura de personalidade que é uma mediação psíquica determinada societalmente. Fica claro, desta forma, que existe uma dupla determinação nesse processo: um elemento objetivo e um elemento subjetivo.

De certa forma, essa pesquisa empírica da *Personalidade Autoritária* vem dar prosseguimento às pesquisas sobre autoridade e família e o faz de maneira mais elaborada do ponto de vista metodológico. Essa metodologia mais elaborada, “*envolvia o uso de questionários mais refinados, que vão além do nível da opinião de superfície, e a utilização de vários outros instrumentos com o objetivo geral de descobrir os determinantes profundos de determinadas opções ideológicas*”¹³. Esses questionários possuíam, a princípio, três escalas: anti-semitismo (AS), etnocentrismo (E) e organização econômico-social (PEC). A hipótese básica era a de que esses sistemas ideológicos estavam correlacionados entre si e vinculados a uma estrutura de personalidade denominada “Personalidade Autoritária”.

¹¹ Id. Ib., p. 27.

¹² Id., Ib., p. 30.

¹³ ROUANET, S. P. *Teoria Crítica e Psicanálise*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1983, p. 164.

Com a verificação de que essas escalas eram por demais explícitas, e terminavam por medir somente os valores superficiais e ostensivos e não as tendências mais profundas da personalidade, buscou-se um aprimoramento do instrumento e chegou-se à Escala F que se destinava a medir as tendências pré-fascistas, o potencial fascista, presentes no sujeito. A partir dos dados de entrevistas clínicas-piloto, foi elaborada essa escala projetiva que não mencionava minorias étnicas e era suficientemente ambígua para descontrolar os controles do ego e permitir a projeção de tendências anti-democráticas implícitas.

A escala F mede, portanto, as disposições psico-sociais e é diferente das outras escalas, até mesmo no objeto, uma vez que não se propõe verificar as tendências explícitas do sujeito. Essa escala objetiva medir “*uma estrutura latente de personalidade que determinava a receptividade do sujeito à ideologias fascistas e etnocêntricas*”¹⁴. As conclusões desse extenso e ousado trabalho, que são descritivas no que se refere à homogeneização das estruturas psíquicas humanas, apontam para a necessidade de se conhecer os mecanismos sociais e psicológicos que produzem essa forma sofisticada e última da alienação que é o não-indivíduo, a não-individualidade.

Subjetividades reificadas, puros *ids* gravitando no todo totalitário, os indivíduos podem se converter nos melhores exemplos da brutal heteronomia que habita as diferentes formas sociais e levados a viver a objetividade ilusória e irracional, a desrazão objetiva, como subjetivamente verdadeira e racional. Algumas práticas sociais direcionadas ao avanço imperativo do misticismo e crenças em vertentes religiosas ou correlatas podem ser tomadas como uma ponta visível desse *iceberg*. Não se trata mais da crença em valores e padrões que estabeleçam uma unidade divina pela mediação com outros homens. Trata-se da postulação de uma relação direta com a divindade, aparentemente sem transversalidades e sem mediações que permite a subtração das outras consciências e o desaparecimento da tensão, do

¹⁴ Id., Ib., p. 165.

conflito e das dificuldades postas na realidade demasiadamente hostil¹⁵.

Essas são questões que precisam ser enfrentadas em um contexto particular que é o campo de formação e atuação do psicólogo. Especialmente porque essa estrutura subjetiva é solidária e contemporânea a um certo tipo de instrumentalização da racionalidade, havendo, portanto, uma relação entre racionalidade instrumental, narcisismo e adesão a práticas irracionais e autoritárias.

No curso de Psicologia da UCG pode-se notar o crescente envolvimento dos alunos com o que nesse projeto tem sido chamado como “*um conjunto de crenças de caráter religioso ou místico*”, que se manifesta de diferentes formas e que se desloca do culto a duendes e anjos à adesão a práticas profissionais e religiosas de caráter essencialmente místicas e irracionais, muitas vezes incluindo rituais catárticos e teorias que privilegiam a negação da explicação racional.

Essas crenças são muitas vezes tratadas como fundamentos e práticas que deveriam ser somadas às teorias e técnicas psicológicas. Cada vez mais são publicados livros de “psicologia” com títulos e conteúdos que apelam para essa vinculação entre ciência e práticas irracionais. Com suas promessas *científicas* essas produções têm muitas vezes encantado os alunos, redimido suas dúvidas e equacionado suas tensões teóricas e práticas. Além disso, no terreno privado do consultório, muitas práticas de orientação irracionalista são efetivadas em nome da psicologia, e sem nenhum controle institucional, representam riscos para o paciente e para a própria psicologia.

Uma maneira de enfrentar esse problema é compreender o processo pelo qual esse conjunto de crenças vai sendo incorporadas à formação do psicólogo, sob a mediação do curso de psicologia. É importante entender os processos através dos quais esses conceitos irracionais são incorporados à prática profissional do futuro psi-

¹⁵ Os desenvolvimentos dos movimentos sociais ligados à religião, especialmente os pentecostais, tanto no Brasil quanto em toda a América Latina, são dados empíricos significativos e podem ser tomados como expressão dessa tendência

cólogo. Para tanto, é preciso verificar os processos através dos quais objetivamente vão sendo forjadas as condições de adesão a essas explicações irracionais. Trata-se de buscar na noção de racionalidade, a responsabilidade pela produção desse irracional. Não se trata portanto de uma crítica ao que é irracional, mas de uma tentativa de conhecer e compreender as configurações psicológicas que acatam esse discurso.

Para tanto, procedeu-se a uma pesquisa que pode ser descrita como um estudo de caráter exploratório, com procedimentos predominantemente qualitativos, realizados através de levantamento (primeira etapa) e estudo comparativo (segunda etapa).

Em uma primeira etapa foi investigado o universo dos alunos matriculados no Curso de Psicologia, observando-se as variáveis idade, sexo e período do curso, como critérios de seleção e estratificação da amostra de 20% dos alunos, escolhidos mediante sorteio. A partir dos 1135 alunos do Curso de Psicologia da UCG; 98 do sexo masculino e 1037 do sexo feminino, selecionou-se a amostra e foram aplicados 231 questionários: 23 em alunos do sexo masculino e 208 do sexo feminino. Esses questionários foram aplicados com o objetivo de caracterizar os alunos, verificar sua adesão ao conjunto de crenças e religiões e suas perspectivas quanto ao curso de psicologia. Foi ainda aplicada a Escala F, formulada por Theodor Adorno e outros na “Personalidade Autoritária” para verificar a adesão dos alunos a esse discurso, relacionando esse dado com a adesão aos cultos, crenças e misticismos.

Predominantemente católicos (30% dos homens e 50% das mulheres) e secundariamente evangélicos (22% dos homens e 18% das mulheres), os alunos que declaram ter religião tem uma frequência pelo menos semanal à igreja (35% dos homens e 43% das mulheres), consomem livros de auto-ajuda ou místicos (53% dos homens e 47% das mulheres) e apresentam um escore médio alto na Escala F (74% dos homens e 70 % das mulheres).

A par dessa tendência geral, quando tomados seletivamente por período de matrícula, percebe-se uma tendência de diminuição do escore na Escala F na medida em que o aluno avança no Curso. Nos

períodos iniciais 85% dos alunos situam-se na faixa média-superior e nos períodos finais essa média cai para 67%. A frequência à cultos/celebrações também apresenta uma tendência decrescente (de 56% para 36%) e o consumo de livros místicos e de auto-ajuda, ainda que menos significativamente, também decresce (de 49% para 39%). Apesar dessa tendência que aponta para uma possível efetividade do Curso de Psicologia é evidente o fato de que os escores são significativamente altos, a adesão ao misticismo e irracionalismo expresso na auto-ajuda e crenças é relevante e as representações às quais os alunos aderem se afastam muito da psicologia científica.

A partir desse mapeamento, em uma segunda etapa do trabalho foram compostos três grupos, cada um com oito alunos, selecionados entre os que responderam ao questionário da primeira etapa, semelhantes quanto à distribuição das variáveis sexo, idade, classe social, ano de ingresso no curso e *escore* na Escala F e distintos quanto à variável adesão à crenças e mitos. Os grupos estão compostos da seguinte maneira: Grupo A: frequenta agremiações religiosas ou místicas de modo permanente e sistemático; Grupo B: não frequenta sistematicamente nenhum grupo mas se sente atraído por literatura, práticas e rituais místicos e; Grupo C: não frequenta sistematicamente nenhum grupo religioso e nem se sente atraído por literatura, prática e rituais místicos.

A pesquisa está em andamento e, nessa fase, está em questão desvendar quais são e como se articulam os processos subjetivos que permitem aos alunos do Curso de Psicologia vincular ciência, religião e crenças à sua formação teórica e profissional; as concepções e argumentos que eles manejam para justificar (ou não) essa vinculação; e a relação entre a adesão às práticas irracionalistas e as características da personalidade narcísica.

Num sentido amplo, já é possível afirmar o desenvolvimento acentuado de uma tendência de desqualificação e descrédito nas explicações “racionais” das diferentes dimensões do mundo e a afirmação de explicações que buscam dar conta de todo um universo imaginário, afetivo e auto-afirmativo que permite ao sujeito experimentar a sensação do reencontro consigo mesmo e com o mundo através da

realização de suas necessidades. Pela satisfação de suas necessidades imediatas, esse reencontro oferecerá ao indivíduo uma sensação adicional de reconciliação, aparentemente eficaz, com a realidade. O trabalho, em andamento, com os grupos poderá apontar as formas, conceitos e representações sobre as quais esse processo se sustenta na formação do psicólogo.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor. *La personalidad autoritaria*. Buenos Aires : Proyección, 1965.

_____. *Minima Moralia*. Caracas : Monte Ávila, 1975.

_____. *Terminologia Filosofica*. Madid : Taurus, 1983.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Sociológica*. Madrid : Taurus, 1966.

_____. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro : Zahar, 1985.

EWEN, Stuart. “Mass culture, narcissism and the moral economy of war”. In: *Telos*, 44, (Summer), 1980.

FREUD, Sigmund. “Psicologia de Massas e Análise do ego”. In: *Obras Completas*. Madrid : Biblioteca Nueva, v. 3., p. 2563-2610.

_____. “El malestar en la cultura”. In: *Obras Completas*. Madrid : Biblioteca Nueva, v. 3., p. 3017-3100.

JACOBY, Russel. *Amnésia Social : uma crítica à psicologia conformista de Adler e Laing*. Rio de Janeiro : Zahar, 1977.

_____. “Narcissism abd the crisis of capitalism”. In: *Telos*, 44, Summer 1980.

ROUANET, Sérgio P. *Teoria Crítica e Psicanálise*. Rio de Janeiro/ Fortaleza : Tempo Brasileiro/UFC, 1983.